

VIDAS NEGRAS IMPORTAM!

BLACK LIVES MATTER!

Daniella Corcioli Azevedo Rocha 1
Wellngton Campos de Araújo 2

Resumo: Neste estudo pretendemos analisar como a linguagem, em algumas postagens de internautas que defenderam Sérgio Camargo (Fundação Palmares), foi utilizada para desqualificar e deslegitimar movimentos antirracistas e também docilizar e converter identidades negras no intuito de que elas pudessem vir a atender aos ideais hegemônicos e tradicionais vigentes. As discussões partiram da concepção de linguagem enquanto ação (AUSTIN, 1990, PINTO, 2012) e foram apoiadas nos conceitos de raça, representação e identidade, de Rajagopalan (2002, 2003), Hall (2006 e 2008), Woodward (2008) e Ferreira (2010), entre outros. Dentre os resultados mais contundentes estão o uso da linguagem na desqualificação e deslegitimação dos movimentos antirracistas a partir da representação dos integrantes desses movimentos enquanto vitimistas, desonestos e oportunistas.

Palavras-chave: Movimentos Antirracistas. Linguagem e Ação. Representação.

Abstract: In this study we intended to analyze how language, from some posts by internet users who defended Sérgio Camargo (Fundação Palmares), was used to disqualify and delegitimize anti-racist movements and also to docilize and convert black identities in order to make them meet hegemonic and traditional precepts and rules. The discussions were based on the conception of language as an action (AUSTIN, 1990, PINTO, 2012) and were supported by the concepts of race, representation and identity, by Rajagopalan (2002), Hall (2006 and 2008), Woodward (2008) and Ferreira (2010), among others. Among the most striking results are the use of language in disqualifying and delegitimizing anti-racist movements based on the representation of the members of these movements as victimists, dishonest and opportunists.

Keywords: Anti-racist Movements. Language and Action. Representation.

-
- 1** Doutora em Estudos Linguísticos (UFU). Mestre em Letras e Linguística (UFG). Graduada em Letras – Português/Inglês (UFG). Professora Adjunta do Curso de Letras/CPN UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1889002395462308>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2071-0531>. E-mail: danicorcioli@yahoo.com.br. E-mail: institucional: danicorcioli@mail.uft.edu.br
 - 2** Graduando em Letras-Inglês pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Monitor de língua inglesa no Centro de Estudo Continuados em Letras, Linguística e artes (CECLLA). Recentemente tem trabalhado com Estudos da Pragmática, dialogando identidades negras e suas representações. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1307908755106633>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3051-4865>. E-mail: wellngton.araujo@mail.uft.edu.br

Introdução

A morte de George Floyd, homem negro asfixiado covardemente por policiais brancos em Minneapolis (EUA) no final do mês de maio em 2020, motivou uma onda de protestos contra o racismo em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Em terras brasileiras, os protestos fizeram ecoar o sofrimento de famílias de milhares de pessoas negras mortas recentemente pela polícia e, em especial, chamaram a atenção para a mais recente demonstração de nosso racismo estrutural¹ e endêmico: a morte de João Pedro Mattos Pinto, um adolescente negro de 14 anos, assassinado dentro de casa enquanto brincava com primos.

Compartilhamos da opinião de que esses assassinatos se deram em decorrência do padrão determinado pela matriz estrutural racista formada por valores, ideologias e estereótipos discriminatórios em relação às pessoas negras. Essa mesma matriz está arraigada aos departamentos de polícia e se manifesta por meio de diversas ações do racismo institucional, repreendendo, criminalizando e assassinando a população negra ao mesmo tempo que desqualifica o movimento negro² nas lutas pelo direito de sobreviver e existir como igual. Vale ressaltar que, uma vez que os policiais que cometeram os atos supracitados e tantos outros de violência brutal fazem parte dessas instituições e as representam na sociedade, eles acabam expondo seus departamentos, colocando-os na posição de partícipes e coniventes com a discriminação e, assim, transformam essas instituições, que deveriam proteger os cidadãos de qualquer tipo de violência, em fontes de legitimação do racismo e da brutalidade contra a parcela negra da população.

Para além das violências praticadas por quem está no contato direto com os cidadãos e, não obstante o fato de estarmos vivendo uma situação inusitada, em decorrência da chamada pandemia da Covid-19, provocada pelo Novo Corona Vírus, nós brasileiros lidamos ainda, cotidianamente, com a truculência cada vez mais exacerbada de representantes do governo, que não poupam palavrões e falta de consideração com quem quer que seja. Em meio a tantos exemplos de violência física e verbal, falta de decoro profissional e, principalmente, escassez do mínimo de respeito aos direitos civis, elegemos para discussão, neste artigo, a repercussão de algumas declarações³ do então presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, direcionadas ao movimento negro, a Zumbi dos Palmares e também a algumas integrantes de religiões de matriz africana. Acreditamos que, por meio da análise das manifestações de internautas sobre as palavras severamente ofensivas de Camargo, poderemos abordar e discutir especificidades importantes da configuração do racismo no Brasil.

Salientamos que não é nosso objetivo discutir ou problematizar o teor das declarações ultrajantes e cruéis de Camargo, visto que elas precisam ser objeto de processo administrativo e penal. Sendo assim, essas declarações serão abordadas apenas tangencialmente, no intuito de situar nosso leitor a respeito da discussão por ora engendrada, pois nosso foco de análise é a repercussão de suas palavras entre os vários internautas que leram diferentes reportagens veiculadas em sites que abordaram o assunto⁴ e apoiaram as declarações de Camargo. O objetivo, ao problematizar essa repercussão, é analisar como a parcela dos internautas que defenderam Camargo fizeram uso da linguagem para posicionar e para desqualificar os movimentos negros antirracistas e as lutas por igualdade de oportunidades e de direitos.

1 Escolher abordar o preconceito racial pelo viés do racismo estrutural evita a possibilidade de minimizarmos ou de reduzirmos nosso racismo a episódios pontuais, eventualmente praticados por pessoas ditas criminosas ou irracionais. Isso porque o racismo estrutural está ligado ao racismo institucional ou à forma como nossas instituições estão organizadas, atuando e contribuindo para o aumento da desigualdade e das desvantagens que afetam determinados grupos marginalizados. Assim, o racismo estrutural é parte de um processo social, histórico e político que elabora e compactua com mecanismos para que as pessoas ou grupos sejam discriminados de maneira sistemática. Ele é determinado por preceitos, a partir de uma ordem social estabelecida, que normalizam e concebem como verdades padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça (ALMEIDA, 2018).

2 Por entendermos que os termos “movimento(s) negro(s)” e “movimento(s) antirracista(s)” não competem entre si, mas dizem respeito a movimentos que lutam pelos mesmos direitos e, portanto, possuem as mesmas pautas em defesa das populações negras, eles serão usados de forma intercambiável ao longo deste texto.

3 Essas declarações são provenientes de áudio gravado durante uma reunião entre Camargo e dois servidores da referida fundação no dia 30 de abril de 2020.

4 Maiores detalhes em relação à reportagem, coleta do corpus e também os nomes dos sites consultados serão fornecidos na parte relativa aos caminhos metodológicos deste estudo.

É nosso objetivo, também, discutir como essa mesma parcela justificou suas posições frente ao racismo e fez uso distorcido de supostos fatos históricos, econômicos, sociais ou culturais, se utilizando de variados subterfúgios, dentre eles a inexistência do racismo estrutural, para: ora negar a existência da discriminação; ora deturpar e distorcer as bandeiras e as reivindicações de diversos grupos de resistência. Nesse mesmo caminho, pretendemos discutir, também, como os conceitos de raça e de preconceito racial, dentre outros, foram representados pelos internautas e como eles se utilizaram de variadas manobras argumentativas no intuito de docilizar e, até mesmo, culpabilizar a parcela economicamente excluída da população pela situação de desigualdade em que se encontram.

Tendo esses objetivos em mente, foi elaborada uma pergunta de pesquisa que guiou nossas investigações: Quais foram as formas de representação dos movimentos negros antirracistas nas postagens analisadas e como a linguagem foi mobilizada e agiu no sentido de desqualificar, docilizar e converter identidades negras no intuito de que elas pudessem vir a atender aos ideais hegemônicos e tradicionais vigentes?

Com esses objetivos e essa pergunta em mente, buscamos tecer nossas discussões apoiados nos estudos relacionados à Pragmática de autores como Austin (1990), Pinto (2012) e Rajagopalan (2002, 2003), dentre outros. Nos apoiamos também em teorias pós-modernas de identidade e representação (HALL, 2006, 2008; SILVA, 2008; WOODWARD, 2008). Acreditamos que essas teorias nos possibilitarão examinar a forma como a linguagem foi utilizada no sentido de operar a ação de negar ou distorcer supostos fatos históricos, econômicos ou culturais para, assim, desqualificar movimentos por igualdade de direitos e, ao mesmo tempo, justificar e legitimar os posicionamentos dos internautas. Dito isso, passemos a essas teorias.

Raça e identidade: alguns conceitos fundamentais

Ao iniciar nossas discussões teóricas, buscaremos primeiramente elucidar a forma como entendemos certos conceitos fundamentais a este estudo, como raça e identidade. Em seguida, discorreremos acerca da visão de linguagem que norteia nossas análises e concluiremos esta parte com elucidações acerca do conceito de representação utilizado também durante as análises.

De acordo com Nunes (2014) é difícil fazer referência e definir a palavra raça pois esse é um conceito questionado por pesquisadores de todas as áreas e eles ainda não chegaram a um consenso. De acordo com a autora,

Não é possível delimitar grupos humanos marcados por diferenças biológicas a ponto de configurar raças. Entretanto, tal concepção secular de hierarquização humana continua presente nas relações sociais (NUNES, 2014, p.103).

Ao reconhecer o fato de que o conceito de raça está ligado a uma das formas de hierarquização e que esta forma continua presente nas relações sociais, Nunes (2014) demonstra compartilhar as mesmas opiniões de Hall (2006, p.63), para quem a “raça é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica” (grifo no original) ou seja, “contrariamente à crença generalizada – a raça não é uma categoria biológica ou genética que tenha qualquer validade científica” (p.62), não sendo, portanto, parâmetro possível de ser utilizado na distinção entre um povo e outro. No entanto, apesar de não ser uma categoria biológica, é uma categoria discursiva presente e, de forma muito ativa, balizadora das diversas dinâmicas sociais desde há muito. Segundo Hall (2006, p. 63) raça é

A categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro.

Ou seja, do ponto de vista genético ou biológico o conceito de raça não pode ser aceito para delimitar fronteiras ou operar distinções discriminatórias, mas a discriminação é consolidada com base em um leque de características físicas que adquirem contornos simbólicos fortes o bastante para justificar a diferenciação, a segregação e a exclusão de determinados grupos em relação a outros.

Apesar de hoje não serem mais aceitas, nos meios científicos, definições de raça que se apoiam em argumentos biológicos ou atributos genéticos, a questão da diferenciação e do estabelecimento da supremacia de determinada raça já foi, em outros tempos, utilizada, com o apoio da ciência, inclusive como forma de segregação e dominação de um povo sobre outro, como infelizmente podemos citar a escravidão dos negros africanos e o nazismo. Se em tempos de dominação e guerras por territórios a subjugação esteve a serviço da prosperidade dos países conquistadores, em um período posterior, abolida a escravidão, os diferentes povos que habitavam um mesmo país precisaram ser incorporados para trabalhar em prol dos interesses da nação. O sentimento de nacionalismo precisava ser forjado e, assim, por meio da desconsideração das diferenças entre os membros de uma sociedade, projetava-se a fabricação de uma identidade cultural unificada, uma identidade que pudesse representar a todos como “pertencendo à mesma e grande família nacional” (HALL, 2006, p. 59). O autor traz uma citação de Gilroy (1992, p. 87, *apud* HALL, 2006, p. 64) que complementa sua argumentação:

Enfrentamos, de forma crescente, um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar “raça” com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras ideias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional – homogênea na sua branquidade, embora precária e eternamente vulnerável ao ataque dos inimigos internos e externos [...] Este é um racismo que responde à turbulência social e política da crise e à administração da crise através da restauração da grandeza nacional na imaginação.

Como podemos perceber, o preconceito e a discriminação por meio de critérios ligados à raça, antes justificado por argumentos e definições biológicas ou genéticas, jamais deixou de operar em nossa sociedade. No entanto, ao longo do tempo os argumentos ditos científicos, que justificavam sua continuidade, precisaram ser substituídos em nome de um bem maior: o fortalecimento do estado nação, apoiado no sentimento de que todos, não obstante diferenças intrínsecas, comungam de uma mesma identidade cultural. A esse respeito, Hall (2006, p. 59) afirma que

[P]ara dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma grande família nacional.

Concluindo essa parte inicial de elucidações acerca dos termos raça e racismo, e os significados deles em nosso estudo, podemos dizer que, conforme os autores supracitados, ultrapassados os argumentos de ordem genética, o racismo continua presente, atuante e operando com base em algumas características físicas somadas a práticas culturais destoantes da cultura hegemônica branca. Sendo que, tais práticas e características físicas passaram a constituir as bases simbólicas que servem para justificar as práticas de discriminação. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, conforme poderemos constatar nas manifestações em favor de Camargo, essas mesmas bases simbólicas, arraigadas a características físicas e a determinadas práticas culturais, operam no sentido de também negar a existência dessa segregação racial e de recusar a admissão de que a violência contra a população negra possa ser decorrente de alguma forma de preconceito de raça. Conforme poderemos constatar posteriormente, segundo as opiniões dos internautas analisados,

o que existe não é racismo, mas tão somente uma intolerância relacionada a determinada parcela da população que teima em advogar em favor da separação do povo brasileiro em raças distintas enquanto, segundo eles, deveriam trabalhar em prol da união, do interesse e do bem comum da nação. Continuaremos essa discussão na parte relativa às análises dos dados, tendo como base as argumentações coletadas. Por ora passamos a discorrer sobre o conceito de identidade.

Para situar a definição de identidade utilizada neste trabalho buscaremos mais uma vez o apoio dos estudos culturais, que têm em Hall (2006, 2008) um de seus mais significativos expoentes. De acordo com o autor três concepções básicas de identidade têm acompanhado a nossa história recente. A primeira, fundamentada nas noções do sujeito do Iluminismo, é condizente com a concepção de indivíduo centrado, unificado, “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo ao longo da existência do indivíduo” (HALL, 2006, p. 10, grifo no original). A segunda concepção de identidade acompanha a noção de sujeito sociológico e é, portanto, chamada de concepção sociológica. Essa concepção, segundo Hall (2006, p. 11)

Refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (grifos no original).

Segundo o autor a identidade na concepção sociológica serve para costurar o sujeito à estrutura à qual ele pertence, ela preenche o espaço entre o mundo interior e o mundo público e “contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 2006, p. 12). No entanto, conforme argumenta o autor, o processo de identificação utilizado por nós para projetarmos nossas identidades culturais tornou-se problemático e provisório a partir das mudanças no mundo e nas paisagens sociais, o que acaba por produzir o sujeito pós-moderno, sem a possibilidade de uma identidade fixa, essencial ou permanente. Nesse novo contexto, o “sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente” (p.13). Assim, a identidade

Plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

As palavras de Hall podem ser complementadas por Rajagopalan (2003, p. 71), que afirma que as identidades estão em “permanente estado de transformação e de ebulição. Elas estão sendo constantemente reconstruídas. Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo”. Nesse sentido, para Rajagopalan (2002), a identidade é percebida hoje como algo que está em constante processo de (re)construção, sendo “um construto e não algo que se encontra por aí, *in natura*” e, assim, ela precisa ser constantemente reivindicada e não encontrada (RAJAGOPALAN, 2002, p.77). Freitas (2006 p. 237) completa essa ideia ao salientar que “nós somos o que somos porque reivindicamos o tempo todo o que queremos ser”.

De acordo com Ferreira (2010, p. 20) “a problemática da identidade envolve necessariamente uma discussão sobre as noções de diferença, da subjetividade, da alteridade e da exclusão”. Essas noções evidenciam-se a partir do momento em que são instituídas as separações binárias entre o

nós versus *eles* ou *o mesmo* versus *o outro*, sendo que o *outro* é sempre visto como o diferente e historicamente representado pela “ausência de um traço, por uma falta. Enquanto a instância do *mesmo* é representada por uma positividade” (FERREIRA, 2010 p. 22, grifo no original). Essa relação binária se constitui em uma relação de poder em que a instância do *nós* ou do *mesmo* possui o poder de excluir, posicionar ou de estabelecer lugares para os indivíduos classificados como *eles* ou *outro*. Restando ao *eles* e ao *outro*, ou seja, à parcela excluída, reivindicar legitimidade e os mesmos direitos reservados ao *nós* ou ao *mesmo*.

Nesse sentido, a reivindicação da identidade se dá sempre pela parcela privada ou excluída dos direitos e privilégios de que gozam a parcela hegemônica, com poder de decisão e, por isso, ela é “algo reclamado por quem precisa de um lugar para, a partir dele, reivindicar direitos” aparecendo como uma “bandeira de luta dos excluídos de uma ordem de direitos” (FERREIRA, 2010, p. 25). E essa reivindicação da identidade não acontece sem que seja preciso reconhecer e legitimar a identidade dominante. De acordo com Ferreira (2010, p. 23) “o excluído, ao reivindicar legitimidade a partir de uma identificação *com*, funda também (e legítima) a identidade dominante que o excluiu de uma dada ordem” (grifo no original).

Para Rajagopalan (2002) a reivindicação da identidade se dá através da linguagem e da representação, sendo que a identidade de qualquer pessoa se constitui na língua e através dela. Segundo o autor, em se tratando de identidade a “questão da política da representação adquire suma importância, pois é através da representação que novas identidades são constantemente afirmadas e reivindicadas” (RAJAGOPALAN, 2002, p.86). Nesse sentido, urge a necessidade de tecermos considerações sobre o papel da linguagem e da representação na constituição, afirmação e reivindicação identitária de indivíduos e grupos sociais.

A linguagem em ação e o papel da representação

Diante do papel primordial da linguagem na reivindicação não só da identidade, mas também dos direitos básicos a qualquer ser humano, durante as análises deste estudo utilizaremos os estudos pragmáticos e a visão de linguagem enquanto ação e não apenas enquanto comunicação, representação do mundo ou expressão de pensamentos. A opção por essa visão de linguagem se coloca em face da urgência de deixarmos de lado nossas visões ingênuas para reconhecer o poder das palavras enquanto instrumento ético e político em nossa sociedade. Assim, a partir da consideração da linguagem enquanto ação ética e política, o falar não mais pode ser encarado como forma de declarar, representar ou descrever as coisas do mundo, mas como forma de agir ou como forma de intervir na realidade.

Considerar a linguagem enquanto ação significa, assim, atentar-se para o seu viés performativo, entendendo, como Austin (1990), que, por dizermos algo, realizamos ações que vão além do simples proferimento de palavras. Isso porque nossos proferimentos, somados às circunstâncias em que eles ocorrem, servem para produzir efeitos, para agir sobre a realidade e sobre outros sujeitos, para excluir ou incluir, para posicionar os sujeitos e também para criar e performar fatos e realidades. De acordo com Pinto (2012, p. 75), “*dizer é fazer*: a prática social que chamamos linguagem é, para a Pragmática atual, indissociável de suas consequências éticas, sociais, econômicas, culturais” (grifos no original).

Nesse sentido, tomar a linguagem em seu caráter performativo significa levar em consideração que cada proferimento nosso opera uma ação na nossa realidade imediata e para além dela, significa admitir que a linguagem assume o poder de criar situações a partir do que é dito. Por isso, segundo Austin (1990), o que há na linguagem são atos de fala que não somente refletem ou relatam uma realidade, mas a criam, ou realizam ações pelo simples fato de serem ditos. Os escritos de Oliveira (2010), corroboram esses pensamentos, à medida que, segundo o autor, o uso da linguagem deve ser entendido como

[...] uma ação, um comportamento linguístico e não-linguístico performativo (a performatividade é intrínseca à própria linguagem e não algo que se acrescenta a ela). Ao produzirmos um texto oral, escrito ou gestual, fazemos uso de

uma linguagem visando criar efeitos em nossos interlocutores, alterar estados de coisas da realidade ou alterar os próprios estados mentais. Trata-se de um ato intencional e político, aqui entendido como uma articulação individual dentro da dinamicidade semiótica social, que objetiva sempre alterar estados do sujeito ou do mundo (OLIVEIRA, 2010, p. 216).

A respeito do uso da linguagem visando ao objetivo de alterar os estados do sujeito ou do mundo, citamos também Mey (1985, p. 16), que esclarece o fato de que “nosso uso da linguagem cimenta os interesses dominantes de nossa sociedade, ajudando a oprimir um grande segmento da população”. É por isso que a visão pragmática de linguagem enquanto ação atende tão bem aos nossos propósitos de analisar as opiniões e reações veiculadas por internautas em defesa de atitudes preconceituosas e ofensivas de Sérgio Camargo, então presidente da Fundação Palmares. Reafirmamos isso porque, por meio dessa visão de língua, pretendemos, dentre outras coisas, discutir o papel da linguagem na manutenção de uma realidade e na reiteração e consolidação de práticas seculares de preconceito e discriminação contra a população negra.

Pinto (2012) é uma outra autora que corrobora os pensamentos de Mey (1985), acrescentando que

[o]s conflitos consequentes das relações entre homens e mulheres, entre professor/a e aluno/a, entre brancos/as e negros/as, ou entre judeus/judias e antissemitas podem ser identificados linguisticamente (PINTO, 2012, p. 70-71).

Para que possamos identificar tais conflitos, necessário se faz atentar-nos para o papel da linguagem na sociedade e para a importância da relação intrínseca, até então muito negligenciada nas análises linguísticas, entre o proferimento em si, o sujeito que fala, o lugar, a ocasião do proferimento e o sujeito para quem se fala. A consideração da relação entre esses elementos em qualquer ocasião de fala é fundamental, pois a fusão deles possibilita a transformação do proferimento, ocorrido em um determinado momento e em um dado contexto, em uma ação, ou em um ato sobre a realidade, e não apenas a sua consideração como um mero momento de descrição de uma realidade, ou de transmissão de uma verdade instituída como, até então, éramos levados a crer.

É nesse sentido que Marcondes (1990, p. 11) nos alerta que, a partir dos estudos de Austin, o conceito de “significado se dissolve, dando lugar a uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes”, pois o significado não mais se restringe à palavra, mas é construído e dependente de todos esses fatores (contexto, convenções de uso e intenções do falante). Sendo assim, a partir da consideração da linguagem pelo viés performativo, a análise da sentença dá lugar à “análise do ato de fala, do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções” (p.11). De acordo com o autor, também, sob o paradigma defendido por Austin, o objeto de análise passa a ser “as condições sob as quais o uso de determinadas expressões linguísticas produzem certos efeitos e consequências em uma dada situação” (MARCONDES, 1990, p. 11-12), no nosso caso, os efeitos de desqualificar e subjugar pessoas, formações identitárias e movimentos sociais.

Em estreita relação com a identidade, com linguagem e com a ação operada por meio das palavras nos mais variados contextos, está o conceito de representação e seu poder de também posicionar e agir sobre a realidade. Neste estudo nos apoiamos no conceito pós-estruturalista de representação que, para autores como Hall (2008), Rajagopalan (2003), Silva (2008) e Woodward (2008), dentre outros, é um sistema linguístico e cultural que atua no sentido de produzir significados e atribuir sentidos, contribuindo, dessa maneira, para o posicionamento dos sujeitos em determinado grupo ou sociedade.

Adotar o conceito pós-estruturalista de representação significa rejeitar a ideia clássica de representação enquanto “busca de formas apropriadas de tornar o “real” presente – de apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação” (SILVA, 2008, p. 90, grifo no original), comum na história da filosofia ocidental. E isso significa dizer que os pós-estruturalistas

rejeitam, sobretudo, “quaisquer conotações mentalistas ou qualquer associação com uma suposta interioridade psicológica” (SILVA, 2008, p. 90) e incorporam “todas as características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem” (SILVA, 2008, p. 91). Nesse sentido, o segundo o autor também (2008, p. 91), a representação é um sistema linguístico e cultural “arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder”.

Para Woodward (2008, p.17), a representação inclui práticas de significação e sistemas simbólicos “por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”. Sendo que, segundo a autora, é “por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2008, p.17). Ainda segundo a autora, “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (p.17) estabelecendo, assim, identidades individuais e coletivas. Não podemos deixar de mencionar, é claro, o fato de que todas “as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (p. 18). Silva (2008, p. 91) resume com maestria a relação entre identidade, linguagem, produção de significados e representação ao afirmar que

Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação.

Tendo tratado, ainda que brevemente, das conceituações, dos sentidos e dos papéis atribuídos à linguagem e à representação e tendo concluído essa parte destinada à fundamentação teórica do estudo, passamos às questões metodológicas.

Entrelaçando caminhos e dialogando metodologias

Dadas as suas características intrínsecas, essa pesquisa é considerada de cunho interpretativo, pautada na abordagem qualitativa que, assim como defendido por Minayo (1995, p. 21-22),

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em acordo com a abordagem qualitativa de cunho interpretativista, lançamos olhos às diferentes formas pelas quais as pessoas interpretaram um fato em particular e se utilizaram da *internet* para veicular suas opiniões a respeito dele, uma vez que “o sistema de interpretação tem uma função de mediação entre o indivíduo e o seu meio e entre os membros de um mesmo grupo” (SÊGA, 2000, p. 06). A esse respeito, Santos (2012, p. 4), afirma que “devido à inescrutabilidade da referência⁵, não há limites para uma interpretação”, o que contribui para romper “a ideia de haver algo [...] que se submeta à atividade interpretativa sem que por ela seja afetado de forma significativa” (RAJAGOPALAN, 1996, p. 227). Nesse sentido, Santos (2012, p. 4) citando Derrida (1991) conclui “que a única base para a interpretação é o posicionamento ético de quem interpreta”.

⁵ O conceito de inescrutabilidade da referência, de autoria do filósofo e lógico norte-americano Willard Van Quine (1960), pode ser grosseiramente definido coma a impossibilidade de determinação absoluta do significado de palavras e sentenças.

Seguindo essa premissa, nos atentamos para um posicionamento ético em relação aos proferimentos dos internautas pesquisados, mesmo que fossem de teor desqualificante e discriminatório, levando sempre em consideração que, conforme argumenta Santos (2012, p. 18), “os limites para a interpretação daquilo que é dito envolvem história, ideologia, relações de poder e conflitos de interesse”. Justamente por entendermos que, em pesquisas qualitativas de natureza interpretativista, a interpretação do pesquisador é de fundamental importância, devemos pontuar que não houve, aqui, a pretensão de se chegar a algum tipo de generalização de fatos e/ou de comportamentos observados. Ao contrário, buscamos investigar e compreender o acontecimento específico pesquisado de uma maneira mais aprofundada. Isso porque entendemos que a pesquisa qualitativa de cunho interpretativista se destina à observação e interpretação de realidades que, por força das circunstâncias, precisaram ser recortadas e fragmentadas.

A coleta dos dados foi realizada, entre os dias 04 e 06 de junho de 2020 em algumas páginas de notícias na *internet* como *site* G1 da rede Globo de televisão, página *online* do jornal Folha de São Paulo e *site* de notícias Terra⁶. Para coletar os dados, os pesquisadores digitaram as palavras “escória maldita Sérgio Camargo” no navegador *Google*. Logo então, o *site* forneceu diversos *links* que abordavam o tema, sendo que os três primeiros foram os selecionados. Os recortes selecionados dizem respeito às opiniões de internautas sobre o posicionamento do então presidente da Fundação Zumbi dos Palmares Sérgio Camargo que, durante uma reunião que aconteceu no dia 30 de abril de 2020 com dois dos servidores da referida fundação, num ato discriminatório, se declarou contra o movimento negro o qual chamou de escoria maldita⁷. Em acordo com os objetivos desse estudo, foram coletadas, ao todo, 48 opiniões de internautas⁸ sobre o referido assunto, sendo que as opiniões coletadas são, exclusivamente, pertencentes aos internautas que estavam defendendo, completando ou endossando as atitudes preconceituosas e discriminatórias de Camargo. A partir de várias leituras foram selecionados 6⁹ excertos que consideramos mais relevantes, dentre alguns que traziam teor repetido ou que continham apenas xingamentos e ofensas gratuitas e que, por isso mesmo, não se faziam produtivas aos nossos objetivos. Essa, foi, assim, a forma utilizada por nós pesquisadores para coletar nosso material de pesquisa e essas opiniões selecionadas constituem, portanto, os recortes que foram utilizados nas análises neste estudo.

A fim de facilitar a leitura e interpretação de nossos dados e discussões, na próxima seção, relativa à análise dos dados, apresentaremos diversos excertos que aparecerão enumerados em ordem crescente e, ao final de cada um, traremos uma legenda entre parênteses. Na legenda, as duas ou três primeiras letras maiúsculas corresponderão às iniciais do nome e sobrenome da pessoa que emitiu a opinião. As duas ou três últimas, separadas por um traço (-) corresponderão ao *site* de onde foram retiradas. Outrossim, vale mencionar que não adequamos as postagens selecionadas para o português padrão. Optamos por manter a escrita original a fim de preservar todos os pormenores contidos no excerto. Pontuações, aspas, abreviações e destaques também foram mantidos tal qual aparecem nos textos originais. A seguir trazemos um quadro com os nomes dos *sites*, endereços e suas respectivas legendas.

6 As referências completas das páginas da internet consultadas encontram-se em quadro explicativo no corpo do trabalho.

7 Maiores detalhes sobre as exatas palavras de Camargo serão fornecidos na parte relativa às análises dos dados.

8 Em relação aos perfis dos internautas, optamos pela padronização da identidade de gênero, pois dentre os perfis analisados não há como realizar a marcação de gênero masculino ou feminino devidos aos perfis fake. Dessa forma, por uma questão estética do texto decidimos identificar os internautas apenas pelo gênero masculino, consequentemente deixando a leitura mais fluida.

9 Salientamos que a restrição em relação à quantidade de 6 excertos foi devido, também, às restrições de espaço para análise em um artigo. Assim, em vez de optarmos pela análise de um número alto de excertos, priorizamos um número reduzido para propiciar um tratamento mais cuidadoso e um debate mais acurado do tema em questão.

Quadro 1. Nomes dos *sites* consultados e respectivas legendas.

SITE	ENDEREÇO ELETRÔNICO DA REPORTAGEM	LEGENDA
Globo G1	https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/sergio-camargo-presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-em-reuniao.ghtml	GL
Folha de SP	https://comentarios1.folha.uol.com.br/comentarios/6137847?skin=folhaonline	FSP
Terra	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/movimento-negro-e-escoria-maldita-diz-sergio-camargo,c40ff8b50aac1fa2ed55593eabee7e8aj1um9xrw.html	TR

Fonte: Dos autores.

Tendo tratado das considerações teóricas e metodológicas, passamos, então, à análise dos dados deste estudo.

Linguagem, opressão e subjugação: identidades e movimentos antirracistas em foco

Antes de iniciarmos as análises das postagens dos internautas que defenderam Sergio Camargo no episódio de que trata este artigo, é nossa intenção contextualizar brevemente a situação em que se deram tais postagens. Entre os fatos, temos que, após o sumiço de um celular corporativo no dia 30 de abril de 2020¹⁰, nas dependências da Fundação Palmares, Camargo questionou e acusou membros do movimento negro de o terem roubado, ameaçando, inclusive integrantes dos movimentos negros. Como se não bastasse, mais adiante partiu para o ataque a uma mãe de santo, acusando funcionários de repassar informações a ela que, então, estava repassando à imprensa, além de estar, supostamente, fazendo “macumba” para ele e tentando organizar uma invasão ao órgão. Suas palavras e ataque de fúria, divulgadas posteriormente, causaram várias manifestações de internautas. São as manifestações a favor de Sérgio Camargo o objeto de análise nesse estudo.

Passemos às análises dos dados desse estudo abordando o primeiro excerto selecionado:

1- Tá certo ele... Como você chamaria um movimento que acredita no valor das pessoas com base na cor da pele? Só errou ao não completar a sentença [...] não é “escória maldita”, é escória nazista maldita! (DR-GL).

A partir desse primeiro excerto nos deparamos, dentre outras coisas, com a tentativa de diluição das desigualdades entre brancos e negros e com a tentativa de associação dos movimentos negros e antirracistas a movimentos comparáveis ao nazismo para desqualificar e deturpar as pautas de lutas antirracistas e assim manter o *status quo*. A linguagem foi utilizada, nesse primeiro excerto, com o objetivo de deturpar e desqualificar os movimentos antirracistas à medida que tenta representá-los como sendo o grupo dos que excluem e segregam, como os causadores de todos os males, pois prezam pela segregação das pessoas em grupos diferentes com base na cor da pele. Pertencentes ao outro polo estariam, na visão desse internauta, as demais pessoas, que “prezam” a união e “lutam” pela não diferenciação ou segregação em grupos distintos.

No excerto 1 temos também uma argumentação que é construída com base no fato de que o movimento antirracista “acredita no valor das pessoas com base na cor da pele”. É ao escolher essa forma de argumentação que o internauta atribui ao próprio movimento antirracista

¹⁰ As frases exatas, provenientes da gravação e divulgadas primeiramente pelo jornal O Estado de São Paulo, podem ser lidas no site do G1.Globo: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/sergio-camargo-presidente-da-fundacao-palmares-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita-em-reuniao.ghtml>.

a culpa por todas as mazelas e discriminações sofridas pelos negros, pois seriam eles mesmos os que pretendem operar essa separação na sociedade, conforme já pontuado. Representados por esse viés poderíamos ser levados a pensar que a falta no “outro” (FERREIRA, 2010), que faz dele diferente e destoante, é culpa do “outro” e não da comparação em relação à positividade do “nós”. Ao usar essas palavras ou ao agir dessa maneira o internauta deixa clara sua pretensão de fazer crer que o racismo ou a segregação e a desigualdade em si não existiriam, não fosse por conta dos próprios negros que, de alguma forma, dão vida e visibilidade a eles, assim como fez Hitler durante o governo nazista na Alemanha pré-segunda guerra ao promover e ordenar a segregação entre os alemães nacionalistas e os judeus, principalmente.

Como sabemos, não há critérios biológicos ou genéticos defensáveis hoje que justifiquem a separação dos seres humanos em raças distintas. As argumentações do internauta parecem ter sido construídas tendo como base esse fato. No entanto, conforme Hall (2006, p.63), raça é uma categoria discursiva que utiliza características físicas como marcas simbólicas “a fim de diferenciar socialmente um grupo do outro”. Esse fato e essa questão parecem fugir ao conhecimento desse internauta, ou simplesmente precisaram ser ignoradas para que sua argumentação pudesse ter alguma sobrevida e pudesse, inclusive, ser proferida. A tais características físicas, utilizadas como base para se proceder a discriminação, podemos acrescentar marcas de um passado escravagista e perseguidor que fez com que a representação da identidade negra em nossa sociedade estivesse sempre ligada à servidão e à inferioridade. Utilizando-nos da oposição “nós” X “eles” para nos referirmos aos dois polos em discussão nesse estudo (“nós – brancos e negros não integrantes dos movimentos antirracistas” e “eles – negros integrantes dos movimentos antirracistas”) e tendo em mente que os sistemas de representação estão estreitamente ligados a relações de poder (SILVA, 2008), podemos dizer que a representação do “eles” foi histórica e socialmente construída pelo “nós” a partir da posição de subalterno, desvalido, vitimista e subordinado, atribuída à identidade negra em contraste com a positividade inerente ao “nós”, supostos portadores natos da autoridade, da nobreza, da soberania e do direito à propriedade. Essas discussões ainda aflorarão em outros excertos. Por ora passemos ao excerto 2:

2- Há pelo menos dois grupos interessados em manter negros como escudo: projetos de governo de esquerda (com suporte da imprensa) e brancos rebeldes sem causa (VSC-GL).

A partir da leitura do excerto 2 podemos verificar a associação entre movimento antirracista e o governo de esquerda para advogar em favor da invisibilidade do movimento negro, sugerindo sua inexistência não fosse o governo ou a ideologia esquerdista. A partir desse tipo de associação, que tem clara intenção de desqualificar o movimento antirracista, mais uma vez nos deparamos com o fato de que está sendo construído o consenso de que não há realmente diferença entre o “nós” e o “eles”, e o pior: que toda discriminação sofrida pelos negros é fruto de uma criação ou dissimulação alimentada por movimentos antirracistas, subordinados e instruídos por movimentos esquerdistas, que estariam usando as pessoas negras como “massa de manobra”. Vincular o movimento antirracista aos ditos “rebeldes sem causa” é outra manobra argumentativa para desqualificar o movimento negro ao representa-lo enquanto pertencente ou fruto de um mero “rompante da juventude”, ou seja, a pessoas jovens e “sem juízo” que um dia irão amadurecer e perceber que estavam “errados”, voltando, então, a defender o que é “certo”, que é, na visão do internauta, a união entre os povos.

Com base nessas observações podemos dizer que os atos de fala (AUSTIN, 1990) do excerto 2 foram usados para minar a credibilidade e a validade dos movimentos antirracistas e para macular a imagem desses movimentos à medida que os reduzem à posição de “escudo” do movimento esquerdista, esse sim, tomado como legítimo, apesar de não aceito, pelo internauta. Nesse sentido, ao afirmar que “Há pelo menos dois grupos interessados em manter negros como escudo: projetos de governo de esquerda (com suporte da imprensa) e brancos rebeldes sem causa” o internauta faz uma declaração sobre algo supostamente dado como “verdadeiro” tentando encobrir sua real intenção de fazer crer que ele tão somente está descrevendo uma verdade exterior a ele

(AUSTIN, 1990). Assim é que, por meio desse excerto, pode-se verificar a linguagem agindo no sentido de posicionar os movimentos negros antirracistas e de circunscrever suas pautas aos possíveis interesses de governos e ideologias de esquerda. Todo esse movimento opera ainda no sentido de desqualificar os negros a ponto de se recusar admitir que eles possam ser capazes de ter suas próprias pautas, estando sempre a mercê de outros movimentos ou tendo suas existências vinculadas às pautas esquerdistas. E, nesse sentido, podemos filtrar que a identidade negra é representada como a do incapaz, do dependente, do oportunista e do inexistente. Tomada dessa maneira, não fossem segundos e terceiros interesses que supostamente existem por trás dos movimentos antirracistas e que, de alguma forma, os mantêm e possibilitam suas existências eles sequer chegariam a existir, na visão desse internauta. Passemos ao excerto de número [3]:

3 Eu sou negro e não quero que a globo e a esquerda chamem seus movimentos criminosos antidemocráticos contra o presidente de “movimento negro”! movimento de bandidos esquerdistas não é igual a movimento negro!
querem nos usar contra o governo! querem pegar embalo nas manifestações dos eua! não nos usarão como massa de manobra da esquerda!!! fora globolixo!!!!!! (CP-GL).

Nesse excerto a pessoa, ao se declarar negra, se inclui ao “nós”, que não é o “nós” do movimento negro, mas um “nós” que pertence ao outro lado, que contém negros “não coniventes” com os movimentos de esquerda ou “subordinados” à determinada rede de televisão. A mesma atitude pode ser verificada no excerto 4 a seguir:

4- E ele não mentiu, sou negro e sou capaz de concorrer a qualquer coisa sem precisar de vitimismo e cotas, movimento negro é o escambau. Palhaçada danada criada pela esquerda para tentar humilhar e diminuir a população negra e as pessoas ainda apoiando esse retardado. (JJ-TR).

Podemos verificar, a partir dos excertos 3 e 4 a mesma tentativa de desqualificar o movimento antirracista ao constatarmos dois autodeclarados negros afirmando que o “verdadeiro” movimento negro não é esse e que esse movimento negro, que foi atacado por Camargo, não representa todos os negros, logo, sequer pode ser considerado como movimento negro. A ação engendrada pela linguagem nesses dois excertos objetivou deslegitimar o movimento negro usando a voz e o discurso que vem de pessoas que se autodeclararam negras. A autodeclaração desses dois internautas, enquanto pessoas negras que não se integram ou não fazem parte dos movimentos negros, faz com que a deslegitimação seja mais contundente, operando no sentido de enfraquecimento do movimento, à medida que pretende criar o efeito, fazer parecer ou demonstrar que não são todos os negros que se veem prejudicados pelo racismo ou que lutam por direitos iguais. Temos aqui também um exemplo de tentativa de diluição ou deslegitimação do movimento antirracista através da pretensão de fazer crer que a real dicotomia existente, entre um “nós” e um “eles”, não seria representada pela parcela branca hegemônica e historicamente privilegiada de um lado (o “nós”) em oposição à população negra, escravizada e explorada ao longo dos séculos (o “eles”), mas seria entre as pessoas “de bem” que buscam a unificação da nação “em prol do bem comum” (o “nós”), sendo que essa parcela inclui negros e brancos, e uma outra parcela, menor e menos qualificada, de pessoas negras que se vitimizam para conseguir benefícios e privilégios escusos (o “eles”). Por meio dessa divisão dicotômica é que o internauta opera no sentido de construir a ideia de que somente uma parcela da população negra faz parte ou concorda com as pautas dos movimentos negros e que essa parcela é a de sujeitos que não merecem credibilidade, dado os seus objetivos ilegítimos e desonestos. Essa divisão dicotômica (WOODWARD, 2008) dos membros da sociedade em dois grupos distintos e bem separados: o dos cidadãos “de bem”, supostamente direitos e honestos, e o dos desonestos e aproveitadores tem a clara pretensão de operar uma marginalização e exclusão inclusive dos espaços de fala e reivindicações do grupo do “eles” à medida que defende que esse “eles” não representa a população negra, mas apenas a parcela vitimista e desonesta.

Além do mais, este é um bom exemplo do uso da linguagem para “criar efeitos em nossos interlocutores, alterar estados de coisas da realidade ou alterar os próprios estados mentais”, conforme bem explica Oliveira (2010). Sendo que o efeito mais contundente criado a partir de falas como essas é relacionado à própria legitimidade dos movimentos e abrangência das pautas que eles defendem. Ou seja, esses internautas se posicionam contra os movimentos negros e, mais uma vez, usam os movimentos de esquerda, o vitimismo, as cotas e a suposta influência dos movimentos negros antirracistas dos EUA como forma de negar a existência das pautas originalmente negras, já que elas seriam todas oriundas dos movimentos de esquerda ou copiadas de movimentos de outros países. A deslegitimação é reforçada ainda mais pela declarada indignação em relação ao fato de que a esquerda tenta “humilhar e diminuir a população negra” (excerto 4) e a usa em seus “movimentos criminosos antidemocráticos” (excerto 3) para atingir o presidente e o governo. Ou seja, os internautas, nos excertos [3] e [4] representaram a população negra enquanto manipulável e, mais uma vez, usada (mais uma vez inclusive quando voltamos nossos pensamentos ao período escravagista) por outros com interesses diversos. Essas formas de representação (WOODWARD, 2008) podem ter um efeito muito negativo e confundir pessoas mais desavisadas que, ao longo da vida, tentam se libertar e construir suas identidades contrapondo-se à subjugação histórica. Fora o fato de que o cansaço e a exaustão, devido à luta por ter suas pautas e reivindicações ouvidas, que podem se transformar em grandes entraves diante de tamanho desprezo e desconsideração vindo de pessoas que deveriam compartilhar das mesmas insatisfações e angústias.

Devemos destacar que a deslegitimação e desqualificação do movimento antirracista por meio da equiparação ou mesmo subjugação deste ao movimento esquerdista serve ao propósito de diluir as pautas racistas, legítimas, importantes e incomparáveis, e fazer delas simples pautas partidárias e, por isso, passíveis de serem confrontadas e combatidas como se fossem posições ideológicas em dois polos contrários. Nesse sentido, as discussões envolvendo as desigualdades sociais inegáveis entre o “nós” (brancos) em oposição ao “eles” (negros) podem ser facilmente substituídas por discussões entre membros de partidos políticos e posições ideológicas diferentes. E, dessa forma, mais uma vez verificamos o “eles” sendo regulado, posicionado e representado da forma que mais convém e apraz aos anseios hegemônicos (FERREIRA, 2010 ; WOODWARD, 2008).

Como já discutido, a representação do movimento antirracista nesses dois excertos foi novamente relacionada à subordinação e à subserviência aos movimentos de esquerda. Por conseguinte, as pessoas negras que fazem parte desses movimentos foram tidas como massa de manobra com pautas próprias inexistentes. Essa manobra argumentativa objetivou agir no sentido de desqualificar o movimento antirracista ao pregar que esse movimento apenas representa uma parcela vitimista, incapaz e manipulada da população negra enquanto que a outra parcela, a que não é vitimista, que não tem objetivos segregacionistas e que não se junta a esse tipo de movimento é a que realmente representa a população negra e, por conseguinte, a totalidade da população nacional que “não preza pela segregação”, mas “pela união de todos os brasileiros” em prol dos “interesses da nação”. Nesse sentido é que temos a representatividade dos movimentos negros sendo posta à prova, já que até mesmo seus possíveis integrantes a renegam, desqualificam e deslegitimam, conforme já discutimos. A desqualificação dos movimentos antirracistas e, por conseguinte, das pessoas que fazem parte ou defendem esses movimentos tem ainda o efeito de marcar simbolicamente essas pessoas e esses grupos como negativos, inimigos da nação ou contrários ao bem comum. Esse fato, segundo Woodward (2008) gera efeitos negativos reais e sérios nas vidas dessas pessoas já que “o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (WOODWARD, 2008, p.14).

Continuemos as discussões passando ao próximo excerto:

5- Ao contrário dos negros da esquerda que nunca se libertaram dos grilhões da senzala, Sérgio Camargo não faz uso do discurso vitimista e do politicamente correto para ocupar o espaço que, por competência, ele merece. Só existe um povo no Brasil: o brasileiro, e qualquer retórica fora deste contexto é pura engenharia social progressista (PM – GL, grifo nosso).

A partir desse excerto pode-se perceber que a tentativa de união e uniformização da sociedade brasileira e, por consequência, a deslegitimação dos movimentos antirracistas se dá por meio da afirmação de que os ideais progressistas é que fazem com que o povo negro se coloque em uma posição inferior, se vitimizando para conseguir as coisas em vez de consegui-las pelo seu próprio mérito como, supostamente, Sergio Camargo o fez. Esse tipo de afirmação funciona no sentido de distorcer o racismo estrutural e leva a cabo o absurdo de pretender transformar o passado histórico do negro escravizado em uma ideia de que o negro é que opta por se manter sob o jugo “dos grilhões da senzala” (excerto 5) para não ter que batalhar e correr atrás de seus objetivos e conquistas. Assim, junto com as palavras “Sérgio Camargo não faz uso do discurso vitimista e do politicamente correto para ocupar o espaço que, por competência, ele merece” (excerto 5) planta-se e reforça-se também, novamente, a ideia de que o negro que se junta ou defende os movimentos antirracistas o faz por ser menos capaz ou inábil de atingir seus objetivos por vias outras que não seja a do “privilégio” das cotas. Mais uma vez vemos a linguagem agindo e operando para distorcer, subjugar, deturpar e desqualificar os movimentos antirracistas por meio da desqualificação das pessoas que fazem parte desses movimentos ou que se beneficiam das conquistas históricas desses movimentos. Assim, mais que operarem essa desqualificação, as palavras dos internautas até agora analisados objetivam constranger integrantes dos movimentos antirracistas, que são considerados inferiores por serem os “negros da esquerda”, para minar, enfraquecer e invisibilizar o movimento antirracista já que na visão deles “Só existe um povo no Brasil: o brasileiro”.

6-Parabéns Sérgio, todos somos iguais perante a constituição, o direito é de todos e não de uma determinada raça ou cor, a inteligência de uma pessoa não é medida pela cor ou raça, este negocio de cotas que existe é uma vergonha entre outras coisas, conheço muitas pessoas negras que são muito mais inteligente que pessoas brancas. Este país precisa parar de rotular as pessoas, isto é coisa da esquerda maldita!!! Parabéns a todo ser humano criado por Deus, independente de raça cor ou religião!! (FSN-TR, grifo nosso).

A linguagem utilizada no excerto 6, o último a ser analisado, além de determinar uma utópica unificação dos povos como uma tentativa de manter o *status quo*, também busca desqualificar o movimento negro antirracista apontando-os novamente como criador de segregações determinadas pela cor. O internauta buscou ainda desqualificar uma das poucas conquistas alcançadas pela população negra por ações afirmativas¹¹, a saber, as cotas raciais, que surgem como uma forma de equilibrar as desigualdades e as oportunidades no cenário educacional. Além do mais, o internauta demonstrou não ter conhecimento dos reais objetivos e das bases para a instituição das cotas para pessoas negras. Conforme pode-se perceber, pelas palavras do excerto 6, o internauta entende que as cotas existem devido à uma suposta incapacidade intelectual de cidadãos negros em relação aos demais cidadãos, que seriam, assim, mais inteligentes.

Ocorre que, ao deixar transparecer isso, tendo afirmado inclusive que conhece “muitas pessoas negras que são muito mais inteligente (sic) que pessoas brancas”, ele advoga em favor da sensatez já que seríamos todos iguais perante Deus e perante a Constituição. Ao contrário do que sugere o internauta no excerto 6, as cotas raciais têm um papel importante na inserção dos negros nas universidades e demais espaços, negados à essa parcela da população historicamente marginalizada. Elas têm papel importante também na realização profissional, na busca de uma cidadania plena e, principalmente, nas questões relacionadas à representação dos cidadãos negros em nossa sociedade. Se antes a negritude era associada ou representada como ligada a empregos

11 As ações afirmativas buscam afirmar uma identidade que é construída de uma forma negativa pela hegemonia racial, seguindo o “senso comum” que dita a estrutura social, o que acaba gerando marginalização e discriminação de uma determinada população. Segundo Silva (2003) apud Haas e Linhares (2012) as ações afirmativas são uma iniciativa essencial de promoção da igualdade [cujo principal objetivo] para as pessoas negras é o combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica, além de introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os chamados diferentes (SILVA, 2003, p. 20-23 apud HAAS E LINHARES, 2012, p. 841).

subalternos, hoje temos muito mais negros formados em uma universidade, profissionais liberais e outros em cargos de chefia. Trocando em miúdos, as cotas têm funcionado no sentido de permitir a abertura de espaços e cargos antes ocupados exclusivamente por pessoas brancas. Por meio das cotas hoje já não é tão difícil nos depararmos com médicos, advogados, juízes engenheiros e veterinários negros que, por sua vez, inspiram outras pessoas negras a trilharem os mesmos caminhos, não se contentando somente com os espaços circunscritos a copeiros, entregadores, motoristas, profissionais da limpeza, etc. como comumente víamos. Vale destacar que o avanço progressivo e as vitórias das ações afirmativas, somente foram possíveis graças à luta do movimento negro, que vem articulando junto ao poder público e à própria sociedade civil o reconhecimento dos valores etnicoculturais e suas desigualdades, por meio de ações que venham a coibir atos discriminatórios e racistas. Dada por concluída as nossas discussões e análises, ainda que tivéssemos muitos outros excertos a discutir, caso dispuséssemos de mais espaço, passamos, a seguir, às considerações finais desse estudo.

Arremates possíveis

Dentre as principais discussões aqui engendradas, procuramos dar prioridade às que estavam relacionadas às formas de representação dos movimentos e das pessoas negras e também à ação operada pela linguagem no intuito de desqualificar e deslegitimar os movimentos e os integrantes de movimentos negros antirracistas, conforme discutido.

Dando por encerradas, ainda que momentaneamente, essas discussões, resta-nos, nesse momento final, pontuar algumas questões outras. Em relação às questões de cunho sentimental¹², por exemplo, as palavras dos internautas despertam sensações de inferioridade e de não pertencimento social, o que contribui para a diminuição do senso de valor humano, que já é constantemente negado, em consonância com a política de coisificação dos negros. Sentimentos como insegurança, angústia, temor e pusilanimidade são reforçados, uma vez que os proferimentos representam ações odiosas que geram e naturalizam violências brutais, sejam elas depreciações verbais ou mesmo assassinatos a sangue frio, como os citados no início desse artigo. Por outro lado, os atos de fala dos internautas em questão despertam também sentimento de revolta, aversão, aborrecimento e desprezo, uma vez que o interlocutor tenha conhecimento sobre as pautas dos movimentos antirracistas, pois esses atos representam uma verdade maquiada, ou seja, criada para desestabilizar, desacreditar e distorcer as pautas do movimento negro antirracista.

Mas, ainda que os interlocutores tenham conhecimento de causa, esses cenários e essas ações, construídas a partir de atos discriminatórios disfarçados, acabam por funcionar muito bem no sentido de sugar e minar as energias (físicas e mentais) dos membros dos movimentos antirracistas, numa tentativa de desabilitar e excluir das esferas sociais e dos espaços de fala o direito a protestar por aquilo que sempre lhes foi negado. Outro ponto que vale ser destacado nesses momentos finais é o fato de que os ideais antirracistas ainda são tratados e acabam por ser classificados apenas como reivindicações descabidas, apoiadas ou justificadas por supostos vitimistas que protestam de um lugar ilegítimo e ilícito. Por isso, urge que a lei passe a versar e a reconhecer que as ofensas sofridas pelos negros são apenas uma das “armas” apontadas para as cabeças da população negra, sobretudo para a cabeça daqueles que compõem os movimentos negros antirracistas e que buscam erradicar ou ao menos minimizar o sistema estrutural do racismo endêmico.

É nesse sentido que os proferimentos, as atitudes racistas ou os ataques racistas destrutivos, além de invisibilizarem os movimentos de luta antirracista (o coletivo), também agem no sentido de depreciar as identidades individuais de pessoas negras através do fator emocional, ou seja, eles agem como uma agressiva forma de controle, retirando ou subvertendo o significado da existência e da resistência do movimento antirracista, minando, dessa forma, toda e qualquer iniciativa ou desejo de perseverança na luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária. Sentimentos de injustiça, inferiorização, indignação, tristeza e de controle sobre os corpos negros são, portanto, refletidos nas ações antirracistas. Assim, negar, deturpar, deslegitimar, desqualificar ou depreciar

12 É importante destacar que é possível levantar essas questões neste trabalho, pois a abordagem está pautada no espaço de fala, uma vez que um dos autores, negro, está inserido dentro do recorte da temática dessa pesquisa.

as pautas antirracistas é o mesmo que negar ou desconsiderar a existência de toda essa carga emocional negativa que vem sendo gerada e imputada à população negra ao longo dos séculos.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- FREITAS, A. C. **As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças?** In: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. (orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.
- HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil. Brasília: **Revista Brasileira de estudos Pedagógicos**, 2012. p. 836-863. v. 93, n. 235.
- HALL, S. **Quem precisa de identidade**. In: SILVA, T. (org.), HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- MINAYO, M. C. S. (organizadora). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade** – Petrópolis: Vozes, 1995.
- NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros: sutileza e persistência**. *Revista Psicologia Política*, v. 14, n. 29, p. 101-121, jan./abr. 2014.
- OLIVEIRA, J. A. **A Pragmática em Sala de Aula**. In: FREITAS, A. C. (Org.). *Linguística in focus: Linguagem e Exclusão*. v. 7. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 215-235.
- PINTO, J. P. **Pragmática**. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 1ed. São Paulo: Cortez, 2012, v. 2. p. 47-68.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- SÊGA, R. A. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Anos 90, Porto Alegre, n. 13, julho de 2000.
- SILVA, T. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. (org.), HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, T. (org.), HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Recebido em 15 de março de 2022

Aceito em 22 de abril de 2022